

# MAIS DE 1.300 PROFESSORES PERDEM ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

SILVANA SÁ

silvana@adufjrj.org.br

**S**eis mil servidores da UFRJ, entre eles cerca de 1.300 professores, tiveram seus adicionais ocupacionais – de periculosidade, insalubridade e irradiação ionizante – cortados da folha de pagamento da UFRJ. As perdas podem chegar a 20% do valor do vencimento básico. A Adufrj entrou esta semana com ação contra reitoria e governo federal para manter o benefício para os professores. A ação pede que seja feita uma folha suplementar. A ação está na 30ª Vara Federal. A Assessoria Jurídica aguarda o resultado.

O corte aconteceu depois de a reitoria não cumprir o prazo de nove meses – de abril a dezembro de 2018 – estipulado pelo antigo Ministério do Planejamento para a migração das informações para um novo sistema. Docentes de pelo menos outras cinco universidades federais passam pelo mesmo problema: UFF, UnB, UFMG, Unifesp, UFG e Ufam. Já Fiocruz e as federais de São Carlos, Pernambuco e Rio Grande do Sul conseguiram finalizar a migração.

A diretoria da Adufrj cobrou explicações formais da Pró-reitoria de Pessoal. O governo informou, em abril de 2018, que a migração deveria ser realizada até 31 de dezembro, quando o módulo de adicionais do SIAPE seria desativado. Em agosto, houve reiteração do prazo, mas a reitoria não informou à comunidade acadêmica a dificuldade para inserção dos dados no novo sistema.

## SITE DA PR-4 (pessoal.ufrj.br)

### MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO SUSPENDE PAGAMENTO DE ADICIONAIS

Em abril de 2018 o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão determinou a utilização de um novo módulo, o SIAPE Saúde, para o registro das informações destinadas à concessão dos adicionais ocupacionais, para todos os órgãos e entidades, do executivo federal, vinculadas ao Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública (SIPEC).

Ainda em abril, foi desativado o módulo de concessão dos adicionais ocupacionais que havia no SIAPENET, o sistema até então vigente, conforme diversos comunicados emitidos pelo Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal (Sipec), Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG).

No dia 24 de agosto de 2018, foi divulgado o COMUNICA 560296 do MPDG reiterando o prazo, improrrogável para migração do sistema. Assim, em 31 de dezembro de 2018, com a desativação completa do módulo de adicionais do SIAPENET, o MPDG cancelou o pagamento, na folha de Janeiro/2019, dos adicionais ocupacionais de toda a Administração Federal, excetuando-se às realizadas no novo módulo de concessão, o SIAPE Saúde.

**DESCUMPRIMENTO** do prazo de migração do sistema foi informado no site da Pró-reitoria de Pessoal

O professor Jackson Menezes, do Nupem/Macaé, é um dos que recebem o adicional de insalubridade. Ele trabalha no Laboratório Integrado de Ciências Morfofuncionais e lida diariamente com resíduos biológicos, como sangue e urina, além de produtos químicos. “O adicional é uma compensação financeira por nos expormos a risco de contaminação em nosso trabalho”, afirmou o docente. “Não fazemos isso para ganhar mais, mas em benefício de toda a população, já que a produção de conhecimento a partir das pesquisas beneficia todo um coletivo”.

A compensação, no caso do professor Jackson Menezes, é de 20% do seu vencimento básico – a faixa mais alta, que indica uma maior exposição a riscos. O valor é significativo: aproximadamente R\$ 1.400, e quase todo revertido para a sua própria saúde. “Estou exposto a substâncias cancerígenas e agentes infectantes e isso faz minha rotina de cuidados ser mais intensa”, explicou.

Aginaldo Fernandes, pró-reitor de Pessoal, se defende: “Só temos três ser-

vidores habilitados a fazer essas inclusões. Objetivamente, não temos gente suficiente para migrar os dados de seis mil pessoas num curto espaço de tempo”, disse. Ele informou que um cronograma está em elaboração e não há uma data para a conclusão do processo.

De acordo com o pró-reitor, a PR-4 está em contato com o governo para tentar reverter os cortes: “Fomos notificados da liminar vencida pelo Sintufrj (no dia 11, o sindicato obteve decisão favorável na Justiça à manutenção dos adicionais). Precisamos que o Planejamento adote as providências necessárias para recompor a folha”, informou.

Já o atual Ministério da Economia, que englobou as funções do extinto Planejamento, explicou, via assessoria, que cabe à universidade tomar as providências. “Como se trata de decisão judicial que impede o corte, a área de pessoal da instituição deve cadastrar esta decisão no Sicaj (Sistema Integrado de Cadastro de Ações Judiciais) para que os servidores tenham suas folhas recompostas”.

# THE: UFRJ cai 24 posições em dois anos

**Ranking avalia universidades de nações emergentes. Especialista culpa cortes de verbas**

**KATHLEN BARBOSA**  
kathlen@adufrrj.org.br

A UFRJ melhorou sua nota, mas perdeu 24 posições desde 2017 no Ranking das Universidades de Economias Emergentes da revista britânica *Times Higher Education* (THE). Do ano passado para cá, a queda foi de dez posições – conquistou o 141º lugar (era 131ª em 2018). Entre as instituições brasileiras, a UFRJ caiu de quinto para sétimo lugar. O conceito geral subiu de 26,5, no ano passado, para 27,6. O levantamento incluiu 442 universidades de 43 países e foi divulgado dia 15.

De acordo com a pró-reitora de Pós-graduação da UFRJ, professora Leila Rodrigues, no entanto, não há novidade no ranking atual. O documento seria uma espécie de “subranking” do mundial, divulgado em julho do ano passado. “Os aspectos valorizados são retirados do ranking mundial, único para o qual a UFRJ fornece dados”, explicou. Assim, a queda de posição tem relação com a

perda de pontos em um único quesito, das receitas advindas da indústria, como mencionado à época, esclareceu a pró-reitora. “No presente momento, estamos fornecendo, com prazo até o final de março, dados para o próximo *THE World University Rankings* que será publicado esse ano”, completou.

As quatro melhores brasileiras, USP, Unicamp, PUC-RJ e Unifesp, também aumentaram as notas gerais no ranking das economias emergentes, mas caíram na classificação. Segundo o site do THE, a performance brasileira resulta da “turbulência política do país”.

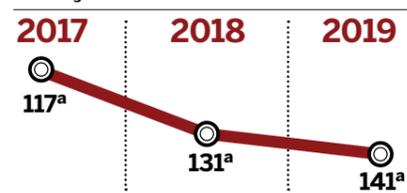
As notas do ranking das economias emergentes são distribuídas em treze critérios, e correspondem a cinco áreas com pesos diferentes. São elas: ensino (30%), pesquisa (30%), citações (20%), panorama internacional (10%) e renda da relação com a indústria (10%).

De acordo com a professora Lara Thiensgo, secretária executiva da Rankintacs (Rede Brasileira de Pesquisa em Rankings, Índices e Tabelas Classificadoras na Educação Superior), as principais

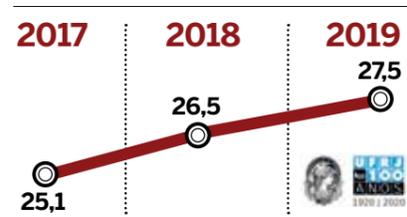
## AS 7 MELHORES DO PAÍS

	2017	2018	2019
1	13º 47,2 USP	14º 45,7 USP	15º 47,4 USP
2	28º 38 Unicamp	33º 38,6 Unicamp	40º 39,3 Unicamp
3	55º 33 PUC-RJ	61º 33,5 PUC-RJ	73º 34,9 PUC-RJ
4	89º 27,8 Unifesp	92º 29,9 Unifesp	97º 31,4 Unifesp
5	117º 25,1 UFRJ	98º 29,3 Itajubá	119º 29,2 UFRGS
6	129º 24,2 UFMG	131º 26,5 UFRJ	127º 28,7 UFMG
7	143º 23,2 UFSC	150º 25,2 UFMG	141º 27,6 UFRJ

## POSIÇÃO DA UFRJ NO RANKING



## NOTAS DA UFRJ



FONTE: Times Higher Education (THE) Emerging Economies University Rankings 2019

instituições brasileiras são públicas e o cenário de cortes de recursos deve ser considerado. “Uma das principais características das universidades de classe mundial é o alto financiamento. Não se faz pesquisa sem dinheiro”, ressaltou.

# Eleições para reitorias afligem universidades

**KELVIN MELO**  
kelvin@adufrrj.org.br

A eleição para reitor é no final de abril, mas o debate eleitoral já ocupa a agenda política da comunidade acadêmica desde o ano passado. Preocupada com o destino da sucessão no governo Bolsonaro, a reitoria convocou, em 17 de dezembro, o primeiro encontro para construir uma Frente Ampla, Democrática e Solidária pela universidade. Representantes de correntes políticas variadas integram o movimento. A última reunião foi na tarde de quinta-feira, 17, quando cerca de 200 professores, estudantes e técnicos avaliaram a conjuntura política e subscreveram um documento com 20 princípios norteadores do programa da Frente.

Um dos grandes desafios do movimento decorre da norma técnica nº 400/2018 do MEC, de 10 de dezembro. O dispositivo enfatiza e sublinha a proibição da paridade na consulta entre os segmentos das universidades. O critério é utilizado tradicionalmente nas votações que antecedem a decisão dos respectivos colégios eleitorais. Porém, segundo o MEC, o peso mínimo atribuído aos docentes (70%) no Colégio Eleitoral deverá ser repetido nas consultas à comunidade acadêmica. “Votação paritária ou que adote peso dos docentes diferente de 70% será ilegal, e deve assim ser anulada, bem como todos os atos dela decorren-

tes”, explicita a nota do MEC.

O mandato do professor Roberto Leher vai até 7 de julho. A reunião do Colégio Eleitoral para a formação da lista tríplice com os nomes que serão submetidos ao Planalto está marcada para 30 de abril. Alguns dias antes, haverá a consulta à comunidade acadêmica, mas ainda não foi definido se haverá paridade no processo: as regras serão apresentadas ao Consuni em 14 de fevereiro.

O temor de parte da comunidade acadêmica é que manter a consulta paritária possa desencadear uma intervenção do governo na universidade, desde a não nomeação do primeiro colocado na lista tríplice até a imposição de um interventor externo – nesta semana, o ministro da Educação, Ricardo Vélez, nomeou o segundo colocado na disputa eleitoral da direção do Instituto Nacional de Educação de Surdos.

Levantamento da associação dos reitores (Andifes) indica que outras 13 universidades devem renovar suas administrações em 2019. Destas, quatro iniciam novos mandatos antes da UFRJ: Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Universidade Federal de Viçosa (ambas em 26 de maio); UniRio e Universidade Federal da Grande Dourados (em 10 de junho).

Rio Grande do Norte e Viçosa já realizaram eleições e encaminharam as listas tríplices ao MEC no ano passado. Aguardam a nomeação dos nomes pelo

novo governo. Ambas fizeram consultas paritárias, porém ocorreram antes da edição da norma técnica. A assessoria da UFRN diz que não há receio de que o novo governo desconsidere o processo. “haja vista que a consulta realizada dentro da UFRN obedeceu à legislação vigente à época”.

Na UniRio, ainda não há decisão sobre o método da consulta. Na Grande Dourados, o regimento prevê paridade durante a Consulta Prévia, marcada para 12 de março. “Mesmo com a nota técnica, a Reitoria, com base no parecer de sua Procuradoria Federal, conclui que a paridade é válida”, informou a assessoria. “Acreditamos que a definição do Colégio Eleitoral será acatada pelo MEC”, disse a reitora Liane Calarge.

Presidente da Adufrj, a professora Maria Lúcia Werneck afirma que o papel da entidade será o de defender o processo eleitoral: “Para que seja resguardada a autonomia universitária”, observou.

## MEMÓRIA

Em 1998, o MEC do governo Fernando Henrique não nomeou o professor Aloisio Teixeira, o mais votado pela comunidade e pelo Colégio Eleitoral da UFRJ. O escolhido foi o professor José Henrique Vilhena. O resultado foram quatro anos de uma administração repudiada pela maioria da comunidade acadêmica, além de isolada do conjunto do sistema federal.

## CONCURSO PARA PROFESSORES OFERECE 41 VAGAS NA UFRJ

■ Lançados no fim do ano passado, dois editais oferecem 41 vagas de professores efetivos na UFRJ. No Edital nº 1.054/18, são 36 para o Magistério Superior, em seis centros da universidade. As inscrições vão até 17 de março. A Escola Politécnica é a unidade com mais vagas abertas (8), seguida pelo

Instituto de Física (5), Instituto de Matemática e pela Coppe (ambos com 3), Instituto de Economia e a Faculdade Nacional de Direito (ambos com 2). No edital nº 1.065/18, há 5 vagas para a carreira do Magistério Básico, Técnico e Tecnológico, no Colégio de Aplicação e na Escola de Educação Infantil. Neste

caso, as inscrições vão até 3 de fevereiro. São duas vagas para Matemática, uma para Música e uma para Educação Especial no CAP. E uma para Educação Especial na EEI. Para mais informações, basta acessar o link “concursos” no site da Pró-reitoria de Pessoal da universidade.

## NOTAS

### AFASTAMENTO PARA CAPACITAÇÃO

■ Em ação movida pela Adufrj, a Justiça Federal determinou que a UFRJ deve reconhecer o direito de todos os docentes receberem as parcelas de férias nos períodos de afastamentos para capacitação – um doutorado, por exemplo –, desde 2008. A reitoria, porém, alegou dificuldades técnicas para identificar todos os professores nesta situação. Sindicalizados que se sintam prejudicados devem buscar o plantão jurídico da associação docente.

### ADUFRJ NO CONGRESSO DO ANDES

■ Com uma delegação de 24 docentes, sendo 13 delegados e 11 observadores, a Adufrj se prepara para o Congresso do Andes, em Belém, de 28 de janeiro a 2 de fevereiro. A diretoria da Seção Sindical apresentou duas teses que podem ser lidas no site da Adufrj. Outros professores da universidade também assinam textos que serão debatidos na capital paraense. No dia 14, os delegados se encontraram na sede da Adufrj para discutir os principais temas do Congresso.

# MUSEU VOLTA À VIDA

ELISA MONTEIRO

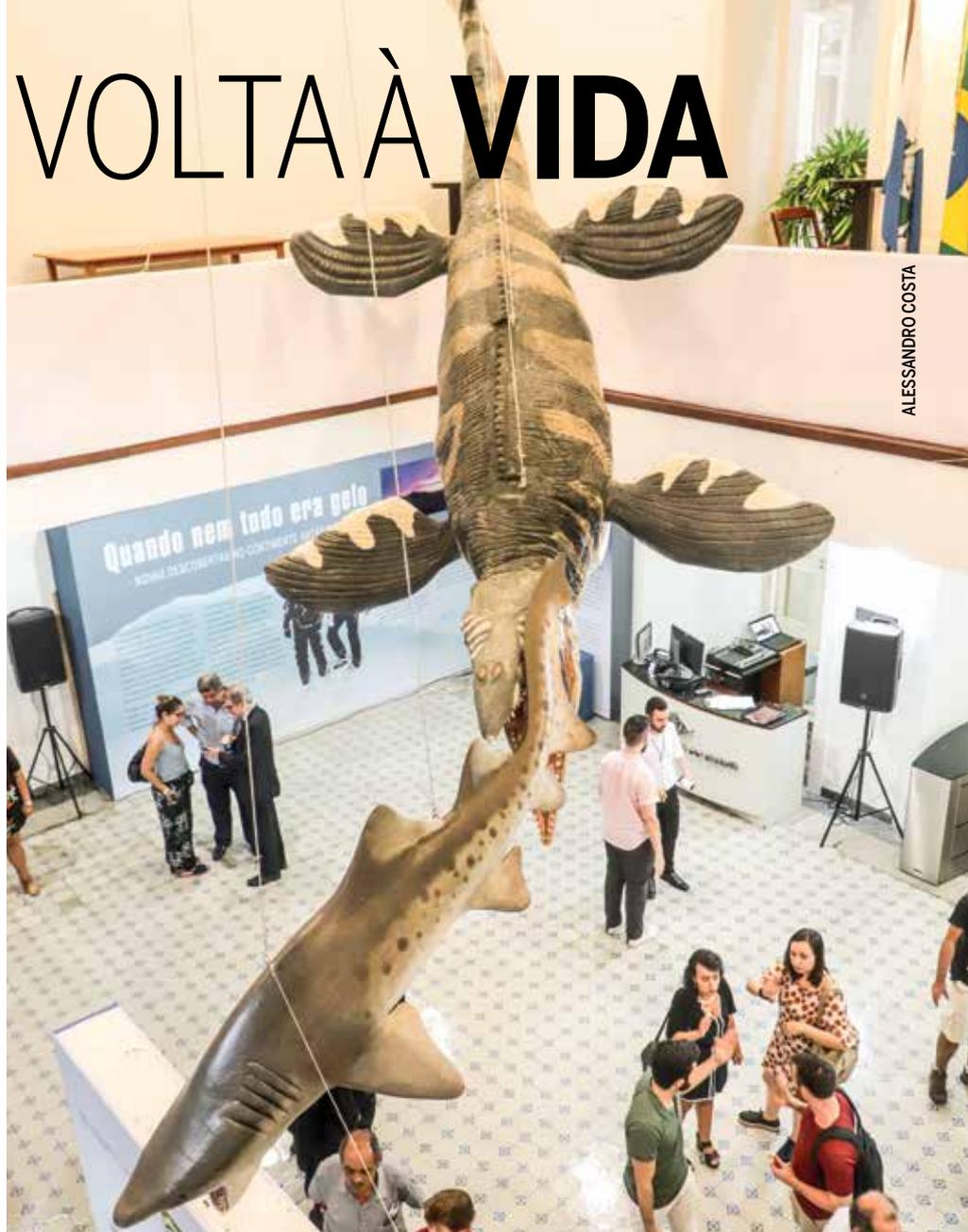
elisamonteiro@adufjr.org.br

O Museu Nacional retomou, no último dia 16, o trabalho de difusão científica para o grande público com a exposição Quando Nem Tudo era Gelo - Novas Descobertas no Continente Antártico. A mostra exibe 160 peças do projeto Paleoantar, um braço de pesquisa do Programa Antártico Brasileiro. “São fósseis de fauna e flora de 70 milhões de anos atrás, do período cretáceo, quando a Antártica ainda não era congelada e tinha uma floresta exuberante”, explicou a pesquisadora do projeto, Juliana Sayão. Oito itens foram resgatados recentemente dos escombros do incêndio do Museu, em setembro.

“A Antártica representa nossa última fronteira de conhecimento, porque nunca foi populada e é de difícil acesso. Isso faz com que todas as informações sejam praticamente inéditas”, explicou Sayão na abertura da exposição, no dia 16. Ela explicou que a Antártica é o laboratório ao vivo de toda a mudança climática do planeta. “É a região mais sensível a mudanças. A gente visualiza as transformações em tempo real”.

Instalada no Centro Cultural Museu da Casa da Moeda, a exposição ocupa duas salas, com áreas interativas. A principal leva o público até 90 milhões de anos atrás, com rochas e fósseis. Nela, está, por exemplo, o segundo fragmento já registrado da falange - uma parte da asa - de pterossauro, um réptil voador.

Ao lado, está uma reprodução do ambiente atual da Antártica com animais



ALESSANDRO COSTA

**FÓSSEIS** expostos ao público têm 70 milhões de anos. Na época, a Antártida era uma floresta tropical

e equipamentos usados pelos pesquisadores nos acampamentos da expedição. A instalação traz um quadriciclo semelhante ao utilizado pela equipe da expedição para que os visitantes façam fotos com o cenário de um iceberg ao fundo.

## SERVIÇO

A exposição é gratuita. E pode ser conferida de terça-feira a sábado, das 10h às 16h, e aos domingos das 10h às 15h, até o final de maio. O centro cultural fica na Praça da República, 26.

## PROFESSOR CRITICA VETOS À LEI DOS FUNDOS PATRIMONIAIS

■ O presidente Jair Bolsonaro sancionou a Lei 13.800/2019, dos Fundos Patrimoniais, mas não agradou à comunidade científica. SBPC e ABC, entre outras entidades, cobram a retirada de vetos que teriam desfigurado o conceito original. Para o professor Fernando Rochinha, diretor de Tecnologia da Coppe, “todas as discussões foram desconsideradas”. A aprovação da lei foi acelerada depois do incêndio no Museu Nacional, em

setembro de 2018. A ideia era facilitar as doações privadas para o museu e outros equipamentos públicos.

Os principais vetos retiraram os incentivos fiscais aos doadores e impediram as fundações de apoio de criarem e gerirem fundos patrimoniais.

“Os vetos vão trazer prejuízo ao funcionamento dos fundos. A vedação às fundações é algo inexplicável”, critica Rochinha. “Quem é mais capacitado e tem mais

expertise na captação de recursos para projetos de interesse da universidade do que suas fundações?”, indaga.

A justificativa da Presidência para o veto é que este tipo de permissão poderia “comprometer instrumentos importantes para a fiscalização, prestação de contas e transparência de gestão das doações”. Rochinha discorda: “Órgãos de controle fazem parte dos procedimentos das fundações”, afirma.

REDAÇÃO: COORDENAÇÃO ANA BEATRIZ MAGNO /// EDIÇÃO FERNANDA DA ESCÓSSIA E KELVIN MELO ///

REPORTAGEM ELISA MONTEIRO E SILVANA SÁ /// ESTAGIÁRIA KATHLEN BARBOSA /// DESIGN ANDRÉ HIPPERTT /// TI EDUARDO VALDOSKI